 ISBN: 978-85-87942-61-6

GT 055. Povos e Comunidades Tradicionais: estratégias de mobilização política, reconhecimento e luta pela garantia de direitos

Claudina Azevedo Maximiano (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas) - Coordenador/a, Thereza Cristina Cardoso Menezes (CPDA-UFRRJ) - Coordenador/a, Maria Helena Ortolan (UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS-UFAM) - Debatedor/a, Alfredo Wagner Berno de Almeida (universidade Estadual do Maranhão) - Debatedor/a, Maria José da Silva Aquino Teisserenc (Universidade Federal do Pará) - Debatedor/a O reconhecimento dos direitos dos povos e comunidades tradicionais vigentes a partir da Constitui??o Federal de 1988 trouxe como desdobramentos pol?ticas espec?ficas, principalmente no que diz respeito ? assist?ncia estatal nas ?reas de educa??o, sa?de, economia e regulariza??o de terras. Tais direitos foram se consolidando atrav?s da a??o desses agentes sociais, concretizado nos diversos movimentos sociais que em suas pautas reivindicat?rias trouxeram para o cen?rio pol?tico brasileiro as demandas de garantias de direitos espec?ficos e diferenciados. Esse Grupo de Trabalho (GT) pretende reunir pesquisadores interessados em analisar comparativamente, por meio da apresenta??o de pesquisas a atua??o dos agentes sociais, ind?genas, ribeirinhos, quilombolas, artes?s entre outros. As articula?es e lutas pelo reconhecimento e por afirma??o dos direitos conquistados e, ainda a fragiliza??o e amea?as aos direitos conquistados no atual contexto sociopol?tico brasileiro ser?o os objetos das discuss?es e reflex?es desse GT. O objetivo ? refletir e possibilitar discuss?es sobre as estrat?gias utilizadas pelos povos e comunidades tradicionais na perspectiva do fortalecimento das lutas pela reafirma??o de direitos conquistados, sobretudo o que tange a educa??o, sa?de e a defesa dos territ?rios tradicionalmente ocupados.

A luta pela terra a partir de uma análise do Processo de Formação, Migração e Resistências das Comunidades Negras do Sertão Paraibano.

Autoria: Vivianne de Sousa, Maria Luíza Pereira Leite Maria Eduarda Pereira Leite

A partir do contexto sertanejo de subjetividades e de relações de poder, buscamos entender o processo de formação e migração nas comunidades Contendas, São Pedro e Pau de Leite, sendo a primeira, situada no município de São Bento e as demais em Catolé do Rocha (PB). Considerando as dinâmicas culturais e emergências identitárias presentes nas referidas comunidades, ensejamos realizar análises sobre os referidos territórios quilombolas, por intermédio do estudo das trajetórias familiares e os processos migratórios geradores de novos espaços de disputa e de reprodução de laços familiares. Este artigo trata-se da pesquisa em andamento que trará elementos para a construção da tese de doutorado. Buscaremos por meio das memórias individuais, e por sua vez, coletivas, compreender o modo como essas dinâmicas retroalimentam o sentido de comunidade, razão da indissociabilidade de categorias como terra, work e família. Tais dinâmicas amalgamam os territórios em meio a contextos de subordinação e imposições reproduzidas historicamente por grandes proprietários de terras. Os quilombos formam atualmente um movimento de busca e luta pela terra, inclusive esta luta permanece dentro do próprio território reconstruído ou de resistência, sobretudo pelo precário acesso às políticas públicas e pelos conflitos de terras com os latifundiários. Através do modo de ser, sentir, pensar e agir estabelecem dinâmicas culturais e emergências identitárias, cuja produção de

 ISBN: 978-85-87942-61-6

subjetividades resulta de novas formas de sociabilidade. O reconhecimento desses grupos étnicos no sertão ocorre a partir de 2005, 17 anos depois do Direito garantido na Constituição Federal de 1988, sendo que os avanços e acesso às políticas ainda não é suficiente para essa população, destacamos que nenhuma dessas comunidades possui RTID e não se avançou no processo de titulação das terras. Buscamos, portanto, desconstruir o princípio de que só as regiões litorâneas receberam africanos escravizados conforme já apontado por Moura (1972) e Galiza (1979). Pensar regionalmente o sertão, conforme fizeram Moreira (1997), Targino (1997), Maia (2015), Cunha (2015) e Rodrigues (1994) nos leva a considerar um contexto circundado por relações de poder baseadas no coronelismo, mandonismo e clientelismo, disputas políticas, traduzindo em espaços de múltiplos significados e disputas. Por sua vez, são as atividades econômicas e a natureza que com suas diferenças constroem esse espaço que não é uniforme, portanto, diversificado. Entre visões romantizadas, caracterizações administrativas, significados do senso comum e teorias sobre esse território, o que queremos destacar é a presença do negro no Sertão, sobretudo seus modos de resistência e o contexto social, cultural, identitário e político que está inserido.

Trabalho completo

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero , de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e

 ISBN: 978-85-87942-61-6

Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA)e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização: **Apoio:** **Organização:**